

## CONTRADIÇÕES DO CRESCIMENTO EM FACE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA ATUALIDADE

Vivian Aranha Sabóia

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

### CONTRADIÇÕES DO CRESCIMENTO EM FACE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA ATUALIDADE

**Resumo:** O artigo ressalta que a segregação do mercado de trabalho, de acordo com o gênero, é uma realidade que ultrapassa as fronteiras nacionais. Aponta que em diversos países as mulheres trabalhadoras se concentram nas atividades cuja valorização e remuneração são proporcionalmente menores, se comparadas àquelas nas quais atuam seus homólogos masculinos. Constata que, em geral, essa realidade é identificada tanto nos períodos de crise quanto naqueles de crescimento econômico, reforçando a tese segundo a qual a discriminação de gênero no mercado de trabalho possui raízes históricas, sociais, culturais para além das determinações de caráter econômico, isto é, de acumulação de capital. A partir de um amplo estudo realizado entre julho de 2010 e junho de 2011 sobre o acesso das mulheres no mercado do trabalho de São Luís, particularmente no segmento da construção civil, busca compreender as razões que, por um lado, incitam a crescente participação das mulheres em um segmento cujo domínio persiste masculino; por outro lado, busca analisar os obstáculos que dificultam sua inserção nesse segmento.

**Palavras-chave:** Trabalho, gênero, crescimento, divisão sexual do trabalho.

### CONTRADICTIONS OF GROWTH AGAINST THE SOCIAL RELATIONS OF GENDER IN THE PRESENT TIME

**Abstract:** The segregation of labor market according to gender is a reality going beyond the national borders. In several countries female workers focus on activities in which valorization and reward are proportionally lower if compared to those in which their male peers work on. Generally, this reality can be evidenced both in the crisis season and in those moments of economic growth, therefore reinforcing the theory that gender discrimination in the labor market outlines historical, social, cultural roots beyond the resolutions of economic nature, i.e., of capital accumulation. From a broad study performed between July of 2010 and June of 2011 on the access of women in the labor market of São Luis, particularly in the field of civil construction, we seek to understand the reasons that on one side, promote the increasing participation of women in a segment still controlled by male. On the other hand, we seek to analyze the barriers which hinder their insertion in this segment.

**Key words:** Work, gender, growth, sexual division of labor.

Recebido em: 09.11.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

## 1 INTRODUÇÃO

A segregação do mercado de trabalho de acordo com o gênero é uma realidade que ultrapassa as fronteiras nacionais. Em diversos países as mulheres trabalhadoras se concentram nas atividades cuja valorização e remuneração são proporcionalmente menores, se comparadas àquelas nas quais atuam seus homólogos masculinos. Em geral, essa realidade é identificada tanto nos períodos de crise quanto naqueles de crescimento econômico, reforçando a tese segundo a qual a discriminação de gênero no mercado de trabalho possui raízes históricas, sociais, culturais para além das determinações de caráter econômico, isto é, de acumulação de capital.

A partir de um amplo estudo realizado entre julho de 2010 e junho de 2011 sobre o acesso das mulheres ao mercado do trabalho do Município de São Luís, particularmente no segmento da construção civil, buscaremos compreender as razões que, por um lado, incitam a crescente participação das mulheres nesse segmento cujo domínio persiste masculino. Por outro lado, buscaremos analisar os obstáculos que dificultam sua inserção nesse campo.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Município de São Luís é composta por 1.014.837 residentes, sendo 53,19% do sexo feminino. A população feminina com idade entre 10 e 59 anos responde por 41,31% desse quantitativo. Trata-se da capital e do principal centro político-administrativo do Maranhão, o segundo Estado brasileiro com a menor renda per capita do país. Entretanto, nos últimos anos, a economia maranhense vem se expandindo e, em 2008, alcançou 1,3% de participação no produto interno bruto (PIB) nacional, isto é, um aumento de cerca de 30% relativamente à década de 1980 e de 13% comparativamente a 2005. (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS, 2010b). Em torno de 40% desta riqueza é produzida no Município de São Luís, que tem passado por importantes transformações como resultado da implantação de grandes investimentos empresariais. Dentre eles destacamos as Termoeletricas MPX, Miranda do Norte, a Refinaria Premium da Petrobras, a ampliação da Alumar e do Porto do Itaqui,, os investimentos no setor imobiliário devido à chegada de grandes construtoras como a

Cyrela, Gafysa, os investimentos públicos realizados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento e aqueles feitos com recursos de organismos internacionais (BIRD, BID).

Nesse contexto, compreender os movimentos que acompanham estas mudanças é de suma importância, especialmente no que tange às suas consequências sobre o trabalho das mulheres, tradicional(mente) e historicamente excluídas do seguimento da construção civil.

Para tanto, faz-se necessário identificar as linhas gerais que caracterizam a evolução recente do mercado de trabalho local destacando, na medida da disponibilização de dados estatísticos, a posição ocupada pelas mulheres.

Nesse sentido, este texto apresenta um panorama dos aspectos recentes do mercado de trabalho do Município de São Luís com uma perspectiva de gênero. O conjunto de informações se refere, inicialmente, às taxas de atividade, às formas de inserção da força de trabalho na atividade econômica e ao desemprego aberto. Em seguida, apresentam-se dados relativos à qualificação da força de trabalho e, por fim, aos padrões de rendimento de acordo com o gênero.

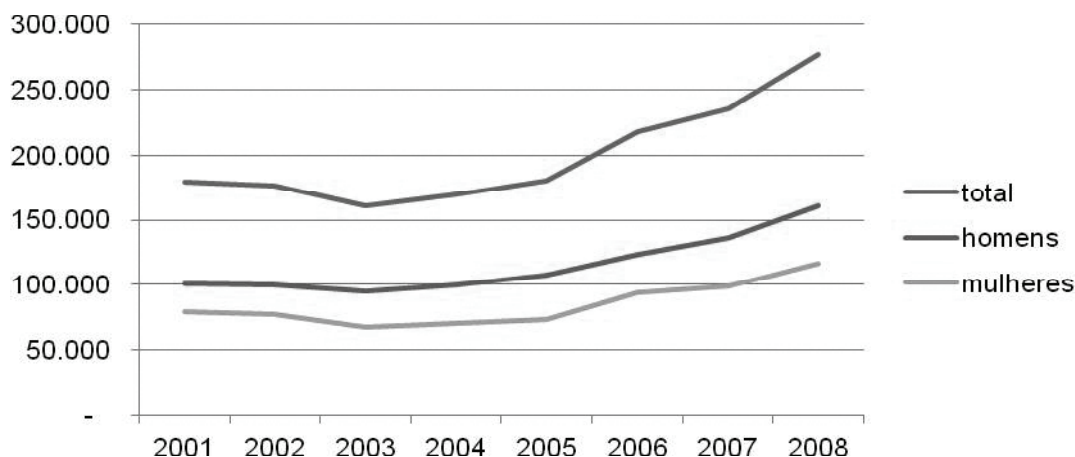
A partir do panorama supracitado e de uma pesquisa empírica –realizada com 8 empresas privadas de médio porte atuantes em subsectores da construção civil e 11 associações de mulheres– buscamos compreender a participação das mulheres na construção civil, assim como os obstáculos para a sua inserção nesse segmento do mercado de trabalho.

## 2 UM RETRATO DO MERCADO DE TRABALHO DE SÃO LUÍS

A força de trabalho do Município de São Luís, avaliada por sua População Economicamente Ativa (PEA)<sup>1</sup>, representa cerca de 55%, proporção maior do que a média estadual (cerca de 50%), evidenciando seu forte potencial produtivo. O número de homens na PEA de São Luís é ligeiramente maior do que o de mulheres.

No que se refere ao setor formal da economia, a evolução do nível de emprego do Município apontou para uma redução no início do século XXI, seguido por uma recuperação a partir de meados de 2003. Este aumento tomou um novo impulso a partir do final de 2005, quando a força de trabalho de homens e de mulheres passou de cerca de 180 000 ativos, número semelhante ao do início do século XXI, para cerca de 280 000 em 2008.<sup>2</sup> Este crescimento, de pouco mais

Gráfico 1 – Evolução do trabalho formal em São Luís segundo o sexo



Fonte: PNAD, IBGE (2010).

de 50%, foi semelhante para ambos os sexos, embora as mulheres tenham vivenciado uma pequena estagnação ao longo do primeiro semestre de 2007, conforme mostra o gráfico 1.

No que tange à participação relativa das mulheres no mercado de trabalho, elas representavam 42% em 2008, ao passo que os homens representavam 58% da força de trabalho efetivamente empregada. De acordo com o gráfico 2, estes percentuais são ligeiramente superiores aos encontrados em 2001: para os homens (56%), e inferiores aos disponíveis neste mesmo ano para as mulheres (44%). Sem dúvida, isso significa que o crescimento pelo qual o Município de São Luís vem passando ao longo da última década beneficiou mais os homens do que as mulheres, aumentando o *gap* das desigualdades salariais de gênero no mercado de trabalho.

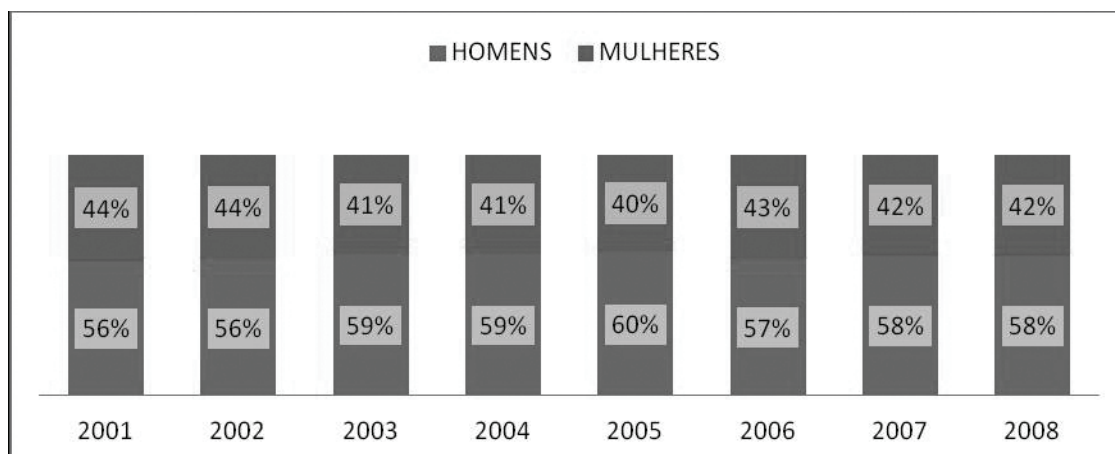
A desigualdade também se manifesta na distribuição da força de trabalho masculina e

feminina nos diversos setores econômicos. Os dados para 2008 mostram que as mulheres estavam mais presentes no setor terciário (serviços, comércio) que concentrava cerca de metade da força de trabalho feminina empregada. A outra metade se distribuiu no setor primário (agropecuária) e secundário (indústria e construção civil).

O setor da construção civil do Município de São Luís, atual grande empregador em termos relativos, empregava somente 5% das mulheres efetivamente ativas. Os demais (95%) eram compostos por homens, conforme mostra o gráfico 3.

No Município de São Luís, a procura de trabalho por pessoas em situação de desemprego é bastante significativa e tende a aumentar se considerarmos sua crescente urbanização. Conforme dados apresentados no relatório de Diagnóstico da Economia de São Luís, a subocupação ou subemprego é bastante

Gráfico 2 – Evolução da composição relativa do mercado de trabalho de São Luís, segundo o gênero



Fonte: PNAD, IBGE (2010).

visível quando se verifica que, em São Luís, 13,68% do total das pessoas ocupadas trabalham até 29 horas semanais, o que corresponde a menos de 6 horas por dia útil da semana. (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO LUÍS, 2006).

Se as estatísticas indicam um desemprego aberto de 22% para o total da força de trabalho do Município (CERQUEIRA, 2007), não foram encontrados números relativos ao desemprego feminino. Aliás, vale ressaltar que dados sexuais no que tange ao mercado de trabalho do Município são bastante escassos. Todavia, este percentual é, muito provavelmente, superior ao masculino. Esta afirmação tem por base os diversos estudos realizados em nível regional, nacional e, inclusive, internacional, que apontam para taxas de desemprego feminino superiores às taxas referentes aos homens.<sup>3</sup>

Seguindo a tendência nacional, o mercado de trabalho de São Luís também é marcado por um elevado grau de informalidade<sup>4</sup>. Os dados do Censo Demográfico de 2000 indicaram que, para a população ocupada de São Luís, 45,03% possuem carteira de trabalho assinada; 14,00% são militares ou funcionários públicos estatutários. Isso implica que 40,97% da população ocupada não possuem carteira de trabalho assinada.<sup>5</sup>

O setor informal, caracterizado por rendas médias bastante reduzidas, pela falta de vínculo e de segurança trabalhista, abriga uma vasta heterogeneidade de atividades que se concentra em torno do comércio, serviços de reparação, de diversão, domiciliar, construção civil, indústria

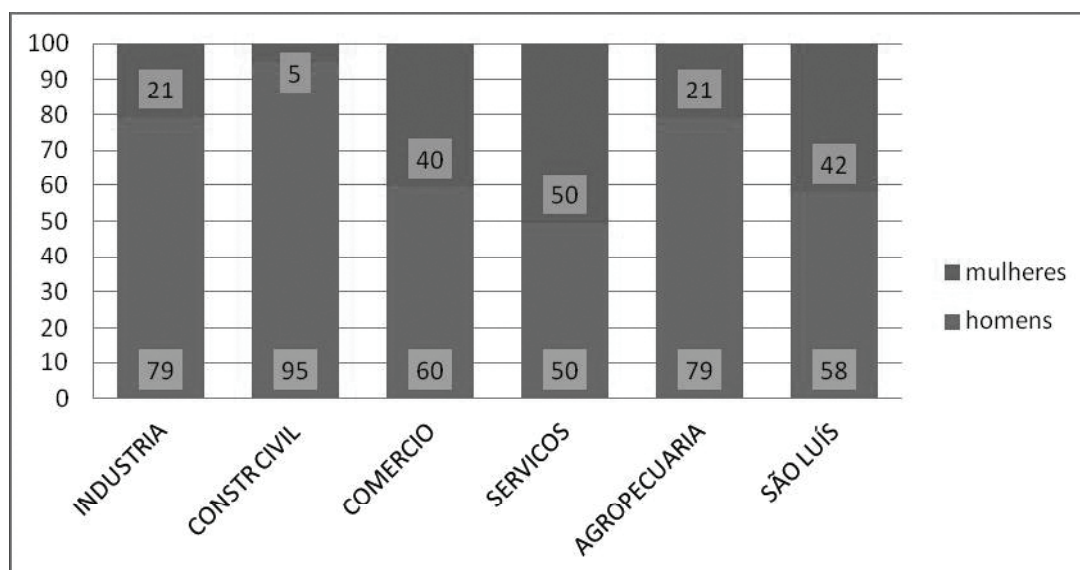
de transformação, confecção e artesanato. Muitos destes setores empregam uma força de trabalho majoritariamente feminina, o que reproduz e acentua as desigualdades já postas no âmbito do trabalho regulamentado e protegido por leis. O maior número de mulheres empregadas no setor informal se explica, também, devido ao fato que, muitas das vezes, os empreendimentos informais se localizam na residência das próprias mulheres. Em outros casos os trabalhos informais se efetuam na residência dos clientes. No primeiro caso, o trabalho permite associar atividade remunerada com tarefas domésticas.<sup>6</sup>

Um dos trabalhos mais marcados pela informalidade e cuja ocupação é majoritariamente feminina, se trata dos trabalhos domésticos efetuados no domicílio do empregador. A título indicativo, no ano de 2000 o Estado do Maranhão contava com 32 459 trabalhadores domésticos, dentre os quais somente 5 696 tinham carteira de trabalho assinada, o que representa 17,55% da força de trabalho efetivamente ocupada nesta atividade específica.

Os dados relativos à inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho merecem ser analisados sob o prisma dos níveis de instrução obtidos por ambos os sexos. Isso porque o papel da educação formal é fundamental para a qualificação dos indivíduos, para a elevação da produtividade e, dessa forma, para obtenção de melhores salários.

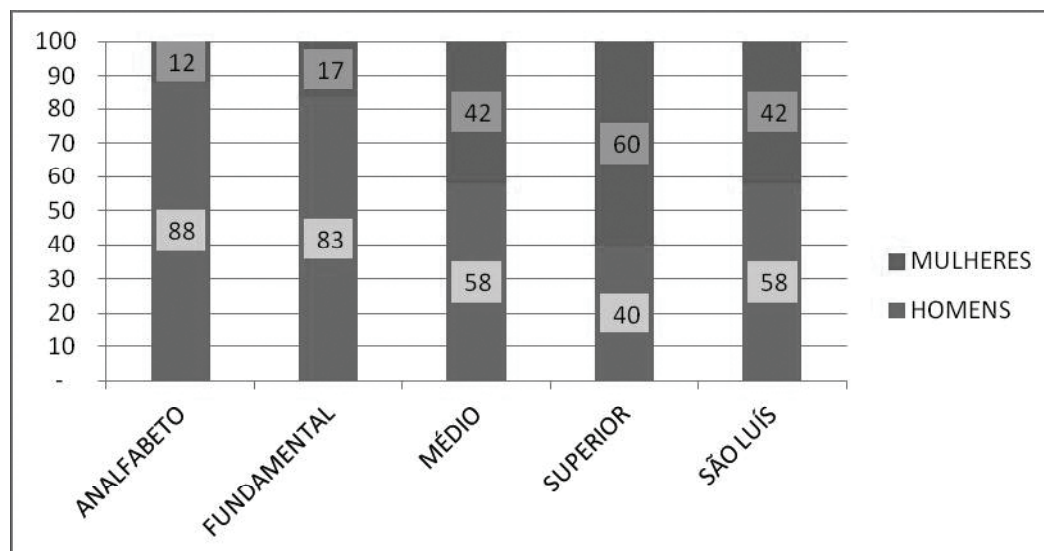
Os dados disponíveis para o mercado formal do Município de São Luís em 2008 mostram um percentual superior de homens nos níveis

Gráfico 3 – Trabalhadores por setor econômico segundo o gênero - São Luís, 2008 (%)



Fonte: PNAD, IBGE (2010).

Gráfico 4 – Trabalhadores por escolaridade segundo o gênero – São Luís, 2008 (%)



Fonte: Instituto da Cidade / SEPLAN. PNAD, IBGE (2010).

inferiores de escolaridade e dentre os trabalhadores analfabetos.

De acordo com o gráfico nº4, os homens representam 88% dos trabalhadores analfabetos, 83% daqueles que cursaram até o ensino fundamental e 58% dos que cursaram o ensino médio. No outro extremo, as mulheres representam a maioria dentre a força de trabalho efetivamente ativa que concluiu o ensino superior.

Além de evidenciar o grau de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras inseridas no mercado formal, estes dados mostram que as trabalhadoras analfabetas e aquelas detentoras de um diploma de ensino fundamental se encontram, de certa forma, excluídas do mercado de trabalho formal de São Luís. Esta revelação se mostra preocupante na medida em que a média de anos de estudo para São Luís é bastante baixa (7,47 anos) sendo 7,54 para os homens e 7,34 para as mulheres. (CERQUEIRA, 2007).

Esse fato repercute diretamente na renda da população feminina empregada e favorece a desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho como um todo.

Com efeito, o elevado desemprego e o baixo nível de qualificação da força de trabalho do Município de São Luís incidem sobre o valor da renda média auferida pela população ocupada. Do total de responsáveis pelos domicílios em São Luís, 26,37% percebiam até 1 salário mínimo de rendimento nominal mensal e 49,88% até 2 salários mínimos. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000). Estes valores incluem os mercados formal e informal.

No que tange ao mercado de trabalho formal,

dados da RAIS/MTE de dezembro de 2010 mostram que, se a renda nominal média ultrapassa ligeiramente três salários mínimos (R\$ 1 722,14) persiste uma diferença expressiva no rendimento da população masculina e feminina ocupada no setor formal. Enquanto os trabalhadores se beneficiam de uma renda nominal média de R\$ 1 771,87, as trabalhadoras auferem em média 6,4% a menos, isto é, R\$ 1 650,60. Todavia, vale ressaltar que este percentual é inferior aos números encontrados para o ano de 2008, quando a diferença era de cerca de 11%.

Ressaltamos, ainda, que este diferencial não considera o mercado de trabalho informal, cuja força de trabalho é majoritariamente feminina e cuja renda média é inferior àquela encontrada para o mercado formal.

### 3 AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Conforme verificamos, as mudanças vivenciadas recentemente no mercado de trabalho do Município de São Luís, resultantes da instalação de novos empreendimentos e da expansão de grandes empresas, dizem respeito ao crescimento da economia formal. Uma pesquisa publicada em março de 2010 pelo IMESC relata que este crescimento se concentra em atividades vinculadas, especialmente, aos subsetores da construção civil<sup>7</sup>, aos serviços e ao comércio. (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS, 2010a).

A expansão da economia do Município de

São Luís acarretou um grande aumento na demanda por força de trabalho, especialmente por força de trabalho masculina. Entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010 a força de trabalho dos homens foi a maior beneficiada por essa expansão no que se refere ao conjunto dos setores da economia do município. A exceção fica por conta do setor agropecuário onde o saldo de empregos formais criados (admissão – demissão) foi positivo para as mulheres e negativo para os homens, conforme podemos verificar na tabela 1.

Devido à falta de profissionais qualificados nas áreas vinculadas aos subsetores da construção civil, as empresas instaladas em São Luís foram conduzidas, em um primeiro momento, a aumentar a remuneração da força de trabalho. A demanda reprimida, em termos de contratação, gerada pelas empresas resultou, em um segundo momento, no emprego de mulheres em áreas cujo predomínio permanece, ainda hoje, bastante masculino. Associado às tímidas mudanças culturais, ao elevado desemprego feminino e ao aumento dos salários, a construção civil acabou incitando a participação de mulheres nos cursos de qualificação voltados para a construção civil.

Isso explica porque, em 2008, um cadastro de pessoas interessadas em obter cursos profissionalizantes voltados para a construção civil – realizado pela Prefeitura de São Luís nos bairros do entorno da Bacia do Bacanga – culminou com 16 mil inscritos dos quais aproximadamente 53% eram mulheres.

Entrevistas realizadas com 8 empresas privadas de médio porte atuantes nos subsetores da construção civil ratificaram essa afirmação. As entrevistas constataram que, as oportunidades de trabalho potencialmente existentes nesses setores para as mulheres aumentaram consideravelmente nos últimos

anos, embora seu número absoluto permaneça reduzido. Nas empresas pesquisadas, a presença de mulheres no quadro de empregados variava entre 5% e 10%, encontrando-se, como única exceção, uma empresa de manutenção e recarga de motores que contava com um efetivo de 19 mulheres para um total de 80 empregados.

Quando consideramos exclusivamente o número de mulheres em atividade no campo, isto é, fora do ambiente administrativo, o percentual não ultrapassa 20 a 30% das mulheres empregadas pelas empresas. Isso significa que em todas as empresas pesquisadas cerca de 70% a 80% das trabalhadoras encontravam-se no ambiente administrativo ou de conservação. Trata-se de auxiliares administrativos, assistentes contábeis, secretárias, recepcionistas, serviços gerais. A presença das mulheres em funções administrativas cuja exigência do ensino médio e/ou superior é mais frequente explica, em grande medida, a diferença salarial entre homens e mulheres ocupados no setor formal da construção civil, conforme evidencia a tabela 2.

Para além dos trabalhos de cunho administrativo, cuja expectativa de recrutamento a curto, médio e longo prazo é quase inexistente, as mulheres estão presentes nas atividades de soldagem, segurança do trabalho, ajudante de obras, mecânica em refrigeração. Elas ocupam a maioria dos postos de trabalho das atividades vinculadas à limpeza das obras e rejuntamento. Conforme afirmação dos engenheiros civis, elas ocupam esses postos por se tratar de atividades que exigem paciência e minúcia, características (ou competências) atribuídas histórica e culturalmente às mulheres. Trata-se de atividades que se assemelham ao trabalho reprodutivo tradicionalmente executado por elas.

Tabela 1 – Remuneração média dos empregos formais, São Luís, dezembro de 2010

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
Total das Atividades	33.103	13.948	47.051
Extrativa Mineral	79	15	94
Indústria de Transformação	1.759	143	1.902
Serviços Industriais de Utilidade Pública	362	56	418
Construção Civil	17.438	1.393	18.831
Comércio	3.608	3.039	6.647
Serviços	6.612	4.710	11.322
Administração Pública	3.317	4.558	7.875
Agropecuária	-72	34	-38

Fonte: BRASIL (2010), MTE.

Tabela 2 – Remuneração média dos empregos formais, São Luís, dezembro de 2010

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
<b>Total das Atividades</b>	<b>1.771,87</b>	<b>1.650,60</b>	<b>1.722,14</b>
Extrativa Mineral	2.843,24	2.423,01	2.786,26
Indústria de Transformação	1.796,36	1.094,64	1.634,61
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.157,09	2.484,44	2.224,36
Construção Civil	1.238,98	1.489,91	1.255,30
Comércio	1.063,51	846,03	973,01
Serviços	1.467,60	1.259,64	1.382,19
Administração Pública	2.983,93	2.176,62	2.523,51
Agropecuária	995,29	848,13	952,84

Fonte: BRASIL (2010), MTE.

#### 4 OBSTÁCULOS PARA A CONTRATAÇÃO DE MULHERES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Partindo do meio empresarial, diversas razões dificultam o acesso das mulheres em áreas vinculadas à construção civil ou no próprio setor. Tais razões são alegadas, com frequência, para explicar o número reduzido de mulheres no trabalho de campo ou de produção. As razões mais evocadas pelas empresas entrevistadas são as seguintes:

“trata-se de um trabalho com necessidade de força física que a mulher não possui”;

“as mulheres não se sentem à vontade porque o ambiente é muito masculino”;

“não gostam do trabalho”;

“não possuem experiência”;

“não passam no teste de seleção”;

“são trabalhos que apresentam risco e por isso não atraem mulheres”.

Ressaltamos, aqui, o “risco” de gravidez evocado por empresários assim como pelo sindicato de patrões da construção civil. Há, inclusive, o uso corrente da prática ilegal de solicitação de “teste de gravidez”, especialmente quando ocorre contratação de engenheiras e técnicas.

Quando questionados sobre a presença de mulheres operárias nos canteiros das obras da construção civil, os operários não possuem uma posição homogênea. Cerca da metade dos entrevistados avalia positivamente a inserção das mulheres na construção civil. Os demais manifestam uma posição tradicional segundo a qual a construção civil é uma atividade masculina onde não há espaço para as mulheres. As razões enunciadas mais frequentes são que elas não possuem força física e, por esta razão: “uma mulher operária na obra sobrecarrega a equipe” ou “não é um ambiente para mulheres.”

Partindo do cotidiano das mulheres e das

relações sociais de gênero – impregnadas por uma cultura tradicionalmente patriarcal – que caracterizam a sociedade local, entrevistas realizadas com 11 lideranças de comunidades e associações de mulheres evidenciaram diversas razões que dificultam o ingresso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente o da construção civil.

O primeiro motivo consiste na própria imagem do que “deve ser” o trabalho feminino e na consequente recusa, por parte das mulheres, em integrar atividades historicamente masculinas. Esta razão está sendo abandonada pelas mulheres tendo em vista as oportunidades de emprego na construção civil e o novo perfil das famílias, marcado pela monoparentalidade e pela chefia feminina.<sup>8</sup>

O segundo motivo, fortemente recorrente, é a falta de creches ou estruturas por tempo integral para bebês e crianças menores de 3 anos de idade. Por esta razão, muitas mulheres se veem obrigadas a abandonar o trabalho em função do nascimento de um filho.

O terceiro motivo é a baixa estima aliada à suposta “idade avançada”. As mulheres com idade superior a 40 anos têm maior dificuldade em retornar ou ingressar no mercado de trabalho devido à idade e/ou o período relativamente longo de ausência do mercado de trabalho com vistas a cuidar dos filhos.

O quarto motivo se refere à falta de capacitação e o baixo grau de escolaridade da população feminina local.

O quinto motivo se deve à falta de experiência de trabalho que, com frequência, é alegada pelos empregadores como fator de recusa para a admissão de mulheres.

Ressaltamos que os motivos acima expostos são, muitas vezes, interligados e complementares e conduzem à produção de situações extremas que resultam, inclusive, no aumento do tráfico



de drogas, da prostituição infantil e de mulheres jovens e adultas moradoras de bairros carentes do município. Com efeito, a falta de perspectiva de segurança econômica favorece a vulnerabilidade social e a expansão de alternativas de atividades remuneradas ilícitas e de alto risco.

## 5 CONCLUSÃO

O crescimento econômico vivenciado pelo Maranhão e, especialmente, pelo Município de São Luís tem se manifestado através do importante aumento das atividades associadas à construção civil. Este é um reflexo da expansão de grandes empresas multinacionais, assim como da instalação de grandes incorporadoras imobiliárias e dos investimentos públicos federais e internacionais.

No curto prazo, as consequências apontaram para o aumento do trabalho formal para homens e mulheres, embora em termos absolutos, os homens tenham sido os maiores beneficiados. A carência de força de trabalho e o aumento dos salários conduziram, respectivamente, à contratação e à atração de mulheres para este seguimento do mercado de trabalho. Todavia, no interior da construção civil, as mulheres permanecem segregadas em determinados postos de trabalho, comumente associados às supostas afinidades ou competências naturalmente femininas.

Isso nos conduz a afirmar que, mesmo em períodos de crescimento econômico e de elevação relativamente importante da demanda por força de trabalho, a divisão sexual do trabalho permanece inalterada. Seus princípios norteadores, segregação e hierarquia no trabalho seguem válidos, manifestando as origens sociais, culturais e históricas da discriminação de gênero para além daquelas de caráter puramente econômico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2010**. Brasília, 2010.

CERQUEIRA, Carlos Osório. **Estudo sobre o desenvolvimento econômico local e a geração de trabalho e renda na Bacia do Bacanga**. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís, jun. 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTI-

CA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa mensal de emprego e desemprego**. São Paulo, 2010.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS. **Relatório de diagnóstico da economia de São Luís**. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 13 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise da condição de vida da população brasileira em 2007**. Rio de Janeiro: MPOG, IBGE, 2007. (Estudos e pesquisas, informação demográfica e socioeconômica, n. 21).

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009: síntese de indicadores**. 2010. Dados cedidos pelo Instituto da Cidade de São Luís elaborados a partir dos dados da PNAD/IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad\\_sintese\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2011.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Indicadores de conjuntura maranhense**. São Luís, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto do Estado do Maranhão: 2004-2008**. São Luís, 2010b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Economic and Labour Market Analysis Department**. Disponível em: <[www.oit.org](http://www.oit.org)>. Acesso em: 27 nov. 2010.

## NOTAS

<sup>1</sup> População ocupada e desocupada maior de 10 anos de idade.

<sup>2</sup> A partir dos dados extraídos do RAIS/MTE para 2010, constatamos que o emprego formal atingiu, em dezembro de 2010, o número recorde de 324 299 ativos sendo 192 063 homens e 132 236 mulheres.

<sup>3</sup> Dados estatísticos mostram que, nas 6 principais regiões metropolitanas do Brasil em 2010, o desemprego feminino é, em média, superior ao masculino em cerca 5%. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2010). No Brasil, o



desemprego masculino foi estimado em 6,1% e o feminino em 10% no ano de 2008. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2008).

- 4 A OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO define o trabalho informal como sendo a unidade econômica caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho, Tais unidades também se caracterizam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas.
- 5 Dados estatísticos referentes ao Censo Demográfico de 2010 sobre o mercado de trabalho do município de São Luís e demais municípios serão disponibilizados pelo IBGE no segundo semestre de 2012.
- 6 O Maranhão é o Estado brasileiro no qual as mulheres dedicam o maior número de horas semanais para realização de atividades domésticas. Dados para 2006 indicam que neste Estado as mulheres executam uma média de 30,4 horas de trabalhos domésticos por semana ao passo que os homens respondem por 12,5 horas. Os números para o Brasil são, respectivamente, de 24,8 horas e 10 horas (PNAD/IBGE, 2010).
- 7 Entre 2007 e 2009 o Maranhão registrou um crescimento de 90% na concessão de novos financiamentos para aquisição de imóveis. (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS, 2010a).
- 8 No Maranhão, mais da metade das famílias chefiadas por mulheres (55,3%) viviam com rendimento inferior a meio salário mínimo mensal per capita em 2006. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

**Vivian Aranha Saboia**

Arquiteta e Economista

Doutora em Sociologia pelo Centre National de la Recherche Scientifique / Universidade Paris VIII

Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

E-mail: viviansaboia@hotmail.com

**Universidade Estadual do Maranhão - UEMA**

Cidade Universitária Paulo VI, s/n, Tirirical, Cidade Operária – São Luís/MA

CEP: 65055-310